



O DOCENTE DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Itaise Moretti de Lima – UCS

Resumo: O presente estudo busca refletir sobre quem são os professores que atuam no primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Fundamental da rede municipal de Vacaria - RS e analisar as concepções desses docentes no que se refere ao processo de alfabetização e letramento de crianças no âmbito escolar tendo como referência o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, do ano de 2009, para a seleção de quatro escolas – duas com as maiores médias e duas com as mais baixas. Os dados foram coletados através da aplicação de um questionário e de uma entrevista, já que o discurso dos educadores foi o elemento chave na busca de relacionar tais entendimentos às teorias consultadas e ao desempenho das escolas nas avaliações externas. Esta escrita visa contribuir com reflexões pertinentes ao campo da alfabetização e do letramento escolar, para que educadores possam ressignificar suas concepções acerca desta temática e, com isso qualificar suas práticas de sala de aula e, conseqüentemente, obter melhores resultados no IDEB.

Palavras-chave: Linguagem. Alfabetização. Letramento. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Ensino Fundamental de nove anos.

Surgimento da proposta

O início da escolarização obrigatória das crianças, correspondente aos primeiros anos do Ensino Fundamental, merece destaque visto que a etapa constitui a base para a continuidade dos estudos dos educandos. Além disso, esse momento merece uma atenção especial, em virtude do baixo desempenho que os estudantes têm recebido em avaliações externas e, ainda, tendo em vista as alterações legais implementadas no ensino.

Destaca-se aqui o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, responsável por mensurar a qualidade do ensino oferecido pelas escolas dentro de uma escala de zero a dez, calculado a partir do número de aprovações da escola e pelo desempenho dos estudantes nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. A partir dos resultados deste índice, cabe aos educadores e gestores rever e reorganizar as ações pedagógicas da escola, a fim de qualificar a aprendizagem dos estudantes e, com isso, alcançar melhores níveis de alfabetização e de letramento.

Apesar da existência destas avaliações e dos investimentos feitos no âmbito educacional, muitos alunos alcançam os anos finais do Ensino Fundamental e até mesmo o Ensino Médio, apresentando déficit na leitura e na escrita, demonstrando, dessa forma, que há lacunas no ensino oferecido pelas instituições e, inevitavelmente, na aprendizagem dos educandos. Verifica-se, assim, a necessidade de qualificar o processo nessa etapa da Educação Básica, a fim de aprimorar a prática docente que contribuirá para as aprendizagens dos estudantes e, conseqüentemente, para a obtenção de melhores resultados nas avaliações.

Os olhares se voltam à aprendizagem inicial da leitura e da escrita, numa perspectiva que discute questões atinentes à alfabetização e ao letramento. Com esta mudança de paradigma, tal proposta se configura como um dos objetivos da escola. Entretanto, há necessidade de ir além da alfabetização vista como codificação e decodificação de letras, pois esta não é suficiente para o sujeito interagir e intervir na comunidade. É preciso saber usar a escrita e a leitura em diferentes situações. Evidenciando tal necessidade, surge a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, ou seja, busca-se a inserção da criança de seis anos na escola e também uma renovação das práticas pedagógicas através da reestruturação de toda a instituição escolar.

A partir da nova configuração, cabe indagar: Quem são os educadores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Qual a concepção de alfabetização e de letramento subjacente à prática pedagógica desses alfabetizadores? Como entendem a atual configuração do Ensino Fundamental de 9 anos? Dentro deste contexto, emerge a temática escolhida para a pesquisa, a qual busca evidenciar o perfil e a concepção de alfabetização e letramento dos professores que atuam nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, das escolas que obtiveram os melhores e os piores resultados do IDEB, em 2009, no município de Vacaria – RS.

Dentro de tal problemática emerge o objetivo geral, consiste em investigar o processo de alfabetização e de letramento nas escolas da rede municipal de Vacaria, estabelecendo relações entre o discurso dos professores, as teorias atuais e os resultados obtidos pelos estudantes no IDEB. Este objetivo se desmembra e busca:

- caracterizar o perfil dos professores que atuam nos três primeiros anos do Ensino Fundamental;
- identificar e analisar a concepção de alfabetização e de letramento que norteia a prática pedagógica dos professores;
- analisar o Projeto Político Pedagógico, a fim de caracterizar e contextualizar cada escola;

- contribuir com a prática de alfabetização e de letramento no Ensino Fundamental, a partir dos estudos realizados nesta pesquisa.

A pesquisa desenvolveu-se através do discurso dos educadores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, evidenciado por meio de um questionário e de uma entrevista que buscaram, na voz destes profissionais, identificar as concepções que subjazem às suas práticas pedagógicas. Os instrumentos aplicados transformaram-se, posteriormente, em dados qualitativos e quantitativos, analisados com o intuito de refletir e interpretar as informações, na busca da compreensão do objetivo inicial da pesquisa.

Percurso e Pesquisa

A escolha do *corpus* para implementar a pesquisa partiu do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o qual foi formado por quatro escolas municipais de Vacaria¹, maior cidade dos Campos de Cima da Serra, localizada na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil. Levantaram-se, então, reflexões a partir da fala destes educadores, tendo como princípio norteador uma abordagem qualitativa e quantitativa. Apoiando-se em Melucci (2005, p. 22), entende-se que “as palavras são matéria-prima da pesquisa”, ou seja, a partir da fala dos sujeitos pesquisados, constrói-se uma gama de relações e de delimitação de conceitos. Ressalta-se a busca e construção de dados representativos, visto que o foco foi a concepção dos professores, ou seja, as suas narrativas frente ao objeto pesquisado. Entretanto, foi necessário “tornar inteligíveis os argumentos contados”. (PAIS, 2003, p. 95).

Para isso, pretendeu-se, a partir dos enunciados proferidos pelos educadores, tanto no questionário, quanto na entrevista, desvendar “enigmas” que “podem ser usados como instrumentos potencialmente reveladores ou clarificadores da realidade.” (PAIS, 2003, p. 64). Em outras palavras, busca-se, através da fala destes profissionais, compreender as concepções que estão explícitas e implícitas em seu discurso, para que, dessa forma, se possa desvelar princípios teóricos que sustentam suas práticas, já que, por trás de toda ação, há um embasamento teórico.

Através dos relatos tecidos na pesquisa, analisou-se, a partir da voz de professores dos anos iniciais, como acontece a práxis pedagógica no início da aprendizagem da leitura e da escrita, já que “a narração é um método, um caminho vasto e comum para chegar à realidade de qualquer coisa.” (PAIS, 2003, p. 64).

¹Dados encontrados no site oficial do município: <http://www.vacaria.rs.gov.br>. Acesso em 18 de setembro de 2010.

Os sujeitos participantes da investigação, cuja coleta de dados ocorreu em 2010, foram professores que atuavam, nesse ano, em um dos três primeiros anos do Ensino Fundamental.

Para efetivar a pesquisa, obteve-se o consentimento da Secretaria Municipal de Educação de Vacaria – SMED e a aceitação dos professores das escolas para participarem no processo de investigação. Justifica-se a escolha deste critério por conta dos limites de exequibilidade e pelo fato de ser o IDEB o indicador que mede a qualidade da Educação Básica no país.

Após isso, buscou-se embasamento teórico, com a finalidade de sistematizar o conhecimento construído até o presente momento sobre o tema, para alicerçar a análise do fenômeno estudado e para elaboração dos instrumentos de pesquisa: questionário e entrevista. Em seguida, analisou-se o discurso dos professores participantes da investigação, com o intuito de discorrer acerca da concepção que subjaz aos seus discursos, buscando estabelecer relações entre “teoria – discurso – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB”.

Alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos

No Brasil, a Educação Básica é alvo de atenções e reflexões, com propósito de qualificar o ensino nas escolas brasileiras. Para a maioria das pessoas de mais idade ou até mesmo para as classes com menos oportunidades, esta etapa de escolarização foi o único acesso à educação formal. Ainda hoje, há muitas crianças e jovens que se encontram fora do espaço escolar, sem concluir o Ensino Fundamental, ou ainda, estudantes com grandes lacunas no processo de alfabetização, ou seja, que ainda não lêem e não escrevem de acordo com as exigências da série/ano em que se encontram.

Por esses e outros problemas detectados durante a escolarização, percebe-se a necessidade de qualificar o processo ensino-aprendizagem, principalmente no que se refere à alfabetização e ao letramento dos alunos da Educação Básica. Uma das providências tomadas a esse respeito é a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de escolarização, já que a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB) estabelece duração mínima de oito anos nesta etapa. A Lei nº 11.224, de 6 de fevereiro de 2006, prevê, a partir de 2010, a

matrícula de crianças com seis anos completos ou a completar até o dia 31 de março do mesmo ano, com o intuito de assegurar um tempo maior às crianças no convívio escolar e também oferecer maiores oportunidades de aprendizagem.

Tentando refletir sobre a complexidade dessa mudança, pode-se pensar que a chegada da criança na escola causa vontade de conhecer e essa motivação carrega também

inseguranças, questionamentos e incertezas. Assim, alguns alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental já frequentavam uma escola de Educação Infantil, outros sequer sabem utilizar um lápis.

As crianças se caracterizam pela sua imaginação, curiosidade, movimento, desejo⁵ aprender através de suas brincadeiras, construção de sua autonomia e identidade. Elas já podem simbolizar e compreender o mundo, estruturar seus pensamentos e fazer uso das múltiplas linguagens. Dentre essas, destacamos a linguagem escrita, que já pode ser apropriada pela criança, a partir de seu desejo de aprender através de interações que já é capaz de realizar.

Importa aqui refletir sobre concepções de infância, as quais são construídas e modificadas socialmente ao longo dos anos, considerando o momento histórico em que se vive, ou seja, “a infância pode apresentar variações impressionantes, de uma sociedade ou de um tempo a outro” (STEARNS, 2006, p.12). Esse é um aspecto indispensável a ser refletido, nesse momento de transição e de adaptação a uma nova proposta para a Educação Básica, pois o que parece ser esperado pelos educadores são crianças com as mesmas características e peculiaridades que constituíam a infância há dez anos, por exemplo.

Segundo Stearns (2006), a infância não deixa de ser um conceito definido pelos adultos, para os adultos e por instituições também adultas. Todo período histórico possui variações sobre a definição de infância, e, atualmente, vemos disseminar-se a tendência de globalização da infância. Hoje, as crianças que ingressam na escola são rodeadas pela tecnologia, de modo que o computador, o celular, a televisão, a internet fazem parte de sua vida. Isso faz com que os desafios das instituições de ensino sejam cada vez maiores e a necessidade de inovar o espaço da sala de aula se alargue. Nesse contexto, o consumismo é cada vez mais atraente para as crianças e jovens, fato que provém da disseminação em massa de valores capitalistas em uma sociedade quase totalmente voltada para o mercado e o comércio. Muitos valores que, no passado, eram considerados importantes, estão se perdendo e dando lugar ao descontentamento com tudo aquilo que foge do padrão imposto pelos meios de comunicação. Exemplos disso são a quantidade cada vez maior de jovens com distúrbios alimentares e o crescimento da criminalidade envolvendo o furto de itens que não são de necessidade básica, mas são indicadores de posição social, como celulares, tênis ou roupas de marcas famosas.

Considerando ainda os estudos de Stearns, salienta-se que “a transformação mais evidente na história mundial da infância envolve a passagem das sociedades agrícolas para

industriais” (2006, p. 19), impulsionando mudanças que levaram à configuração da sociedade atual. Segundo o autor, a

(...) infância mudou bastante na conversão era da caça e coleta para a agricultura. Mudanças posteriores na organização social e crenças religiosas trouxeram alterações mais modestas, embora significativas. O advento de idéias e condições modernas para a infância, disseminadas por imitação, pela pressão internacional e pelas simples exigências de se tentar construir economias industrializadas e Estados modernos, fizeram acelerar o ritmo da mudança outra vez – sempre em meio a grande diversidade. (...) Não é de se admirar que ajustes difíceis estejam em andamento. (STEARNS, 2006, p. 212).

Dessa forma, pensa-se também na postura do professor, ou ao menos, em qual deveria ser ela, com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, já que essa proposta não se trata apenas da inclusão de mais um ano de escolarização, mas também de repensar a práxis pedagógica. Em outras palavras, este é um momento de rever metodologias e, mais do que isso, (re)construir conceitos, dado que, segundo as orientações gerais do Ministério da Educação e Cultura (MEC),

não se trata de transferir para as crianças de seis anos os conteúdos e atividades da tradicional primeira série, mas de conceber uma nova estrutura de organização dos conteúdos em um ensino fundamental de nove anos, considerando o perfil de seus alunos (BRASIL, 2004, p. 16).

Cabe destacar que, conforme o art. 32 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Ensino Fundamental

(...) terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:
I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996).

A partir desta nova configuração do Ensino Fundamental, espera-se que os estudantes aprendam através de atividades lúdicas, as quais contribuem com o desenvolvimento das crianças. Trata-se de extrapolar o universo escolar que prioriza a utilização do caderno, lápis e quadro negro.

A ampliação dessa etapa de escolarização para nove anos instaura-se como um desafio promissor a educadores e a gestores escolares, apesar de ainda existirem diversos problemas na educação brasileira. Dentre os tantos desafios, apontam-se os altos índices de repetência; alunos frequentando a escola sem necessariamente obter sucesso em suas aprendizagens; pouco esclarecimento quanto aos objetivos de cada ano/série; formação precária dos educadores; entre outros.

Para nortear o trabalho desenvolvido nas escolas, o Conselho Nacional de Educação (CNE) elabora diretrizes e orientações para a reorganização do Ensino Fundamental de nove anos. Cabe às instituições de ensino criar um currículo e um Projeto Político Pedagógico para o Ensino Fundamental de nove anos e, de acordo com as Diretrizes Curriculares, a proposta das escolas deve estar pautada em uma abordagem democrática e participativa. A elaboração destes documentos é responsabilidade dos gestores e de toda comunidade escolar, assegurando a melhoria da qualidade do ensino.

Este é o momento para repensar todo o Ensino Fundamental. Por isso, cada escola se torna responsável por construir seu plano de ampliação dessa nova modalidade de ensino, em conjunto com sua comunidade escolar, através da elaboração do novo regimento, de currículos, conteúdos e práticas pedagógicas. Ainda se faz pertinente salientar a importância da formação continuada dos docentes nas escolas, possibilitando momentos de reflexão e de planejamento das atividades e readequação das propostas pedagógicas, que viabilizem o desenvolvimento integral das crianças e respeitem as especificidades e características da infância.

Pelo exposto, a alfabetização, o letramento e a formação de leitores na perspectiva do uso da leitura e da escrita em práticas sociais do cotidiano, em que o sujeito possa interagir e intervir na comunidade, são eixos norteadores da prática pedagógica. Desse modo, cabe elencar que, conforme Vygotsky (1998), para que a linguagem seja desenvolvida e internalizada pela criança, é necessário que o infante esteja implicado pela necessidade de comunicação. O desenvolvimento da linguagem possibilita novos modos de convivência e, além disso, mudanças no agir e no pensar, ou seja, suscita mudanças na formação da criança.

A *linguagem escrita* é constituída por um sistema de signos que designam os sons e as palavras da linguagem falada (VYGOTSKY, 1998, p. 140). Para a criança evoluir no simbolismo, “(...) precisa fazer uma descoberta básica – a de que se pode desenhar, além de coisas, também a fala” (1998, p.153). As crianças, em uma determinada fase, expressam-se através de desenhos e rabiscos que são fundamentais para a escrita futura, pois “simples sinais

indicativos, traços e rabiscos simbolizadores são substituídos por pequenas figuras e desenhos, e estes, por sua vez, são substituídos por signos”. (VYGOTSKY, 1998, p. 152).

O autor expõe que “a ação numa situação imaginária ensina a criança a dirigir seu comportamento não somente pela percepção imediata dos objetos ou pela ação que a afeta de imediato, mas também pelo significado dessa situação.” (VYGOTSKY, 1998, p. 127). Com a criação de uma situação imaginária, é possível atribuir novos significados a objetos, controlar voluntariamente ações, desenvolver o pensamento abstrato e observar regras.

Vygotsky argumenta que a compreensão da linguagem escrita pressupõe que primeiro se conceba a linguagem oral como um sistema de representação simbólica da realidade, ou seja, “a compreensão da linguagem escrita é efetuada, primeiramente, através da linguagem falada; no entanto, gradualmente essa via é reduzida, abreviada, e a linguagem falada desaparece como elo intermediário” (VYGOTSKY, 1998, p. 154).

O estudioso apresenta ainda a *escrita* como uma forma complexa para que o homem possa se relacionar com o mundo que o cerca, acessando ao conhecimento já sistematizado. Considera que a escrita é um produto cultural elaborado ao longo da história da humanidade e também um sistema de representação da realidade extremamente sofisticado. É impossível discorrer sobre a elaboração cognitiva da escrita descontextualizada de sua função social.

Além disso, deve-se pensar que a construção da escrita se efetiva na participação de vivências diárias, quando as mesmas são relevantes e têm significado, caso contrário, o ato de escrever não passará de exercícios mecânicos e artificiais. Isso significa que a criança precisa sentir necessidade da leitura e da escrita. Nesse sentido, Vygotsky (1998, p. 155) defende que “(...) o ensino tem de ser organizado de forma que a leitura e a escrita se tornem necessárias às crianças”.

Bakhtin (1981) também discute o processo da construção da escrita, por trazer a concepção de palavra como algo que tem marcas culturais, sociais e históricas, distinguindo-se da palavra como codificação e decodificação de letras.

A partir da reflexão acerca dos estudos de ambos os autores, fica evidente que o processo de aprendizagem da escrita acontece de forma significativa no momento em que o sujeito se dá conta da necessidade dessa habilidade na sua vida. Dessa forma, a concepção tradicional do processo de aprendizagem perde o sentido, tendo em vista a discussão acerca da linguagem.

É importante, pois, realizar alguns questionamentos sobre como está sendo a receptividade dos professores em relação à esta proposta e também, avaliar como a escola se

prepara para cumprir os objetivos legais e pedagógicos que surgem a partir deste novo olhar em relação ao ensinar e aprender.

Algumas considerações

Após a trajetória de implementação desta pesquisa e de reflexões sobre os dados coletados, foi possível apresentar um panorama acerca do ensino-aprendizagem nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, nesse momento em que ocorre a implementação de uma nova proposta educacional, a partir da escuta e análise do discurso de professores...⁹... discussão centra-se em concepções de alfabetização e de letramento relacionadas à reestruturação do Ensino Fundamental, ampliado para nove anos.

Em relação às escolas participantes da investigação, cabe elencar que os quatro estabelecimentos possuem perfis muito semelhantes em seus quadros econômicos, quantidade de alunos atendidos e recursos humanos. Desse modo, levantam-se questionamentos acerca dos reais motivos que fazem com que os resultados no IDEB de 2009 se diferenciem tanto, em educandários com realidades similares.

Outro ponto a ser destacado é o perfil dos educadores que atuam nos três primeiros anos do Ensino Fundamental nas escolas pesquisadas. Nesse aspecto, destaca-se que a idade dos educadores e o tempo de experiência como profissional da educação foram variáveis relevantes no rendimento dos alunos no IDEB. Isso pode ser atribuído também à formação continuada dos professores, que reflete diretamente na qualidade da educação, visto que, quanto maior o tempo inserido na educação, maior o contato com novas ideias, experiências e práticas pedagógicas. Estes aspectos proporcionam ao professor momentos de aprimoramento e de ressignificação de seus conceitos. Dessa forma, acredita-se que o educador sente maior segurança na realização das práticas em sala de aula.

Quando se trata da formação acadêmica do profissional, chama atenção o fato de que apenas dois educadores não possuem curso superior, demonstrando assim que existe uma preocupação e consequente busca por qualificação e aperfeiçoamento, oriundos de estudos em nível de graduação e pós-graduação. A escola com maior quantidade de professores com graduação em Pedagogia apresentou o menor índice na avaliação externa, levando a questionamentos referentes à formação que esses cursos oferecem e de que maneira estão preparando estes profissionais.

A maioria dos entrevistados considera que a alfabetização é um processo contínuo, não delimitando sua aquisição ao período do primeiro ano escolar. Os profissionais acreditam que tal processo acontece nos três primeiros anos de escolarização, o que leva a refletir sobre

a possibilidade de que alguns conhecimentos acabem sendo postergados para os anos seguintes. Tal fato evidencia que não existe um trabalho em conjunto entre os professores dos diferentes níveis de ensino, o que deixa lacunas na aprendizagem.

Os dados coletados demonstram que a biblioteca escolar ainda é um espaço pouco explorado em todas as suas possibilidades, porém percebe-se, na voz dos sujeitos, que muitos procuram incluir a biblioteca na sua prática cotidiana, embora encontrem dificuldades para efetivar essa ação. O governo possui programas relacionados à distribuição de materiais de leitura de qualidade, que são o PNBE e o PNLB. Entretanto, observa-se que tais acervo¹⁰ são utilizados por falta de orientação e até mesmo de divulgação por parte dos gestores nas escolas, pois há que considerar que o professor tem uma demanda elevada de atividades, tanto em sala de aula como fora, haja vista o preenchimento de planilhas, avaliações, planejamento, reuniões etc.

Muitos docentes não conhecem a real função de tais acervos e, por consequência, não os utilizam de forma satisfatória. Corroborando este fato, verifica-se que a escola que apresentou o menor índice do IDEB é aquela onde os professores afirmam que não conhecem e não utilizam os materiais complementares oferecidos pelo governo. Partindo do pressuposto que estes materiais promovem o letramento, talvez se explique o baixo desempenho da escola D no IDEB.

Pode-se salientar que os discursos dos professores demonstram a inquietude presente no momento de transição, no qual antigas concepções são questionadas e os profissionais são impulsionados a repensarem suas práticas pedagógicas. Entretanto, pela disparidade dos entendimentos dos educadores em relação aos questionamentos propostos, percebe-se uma incongruência nos objetivos pedagógicos das instituições escolares, o que compromete a aprendizagem e, consequentemente, o desempenho dos estudantes nas avaliações externas. Cabe aqui ressaltar que, no momento, a mantenedora busca, através da assessoria de um órgão externo, a uniformização metodológica, não sendo ainda possível avaliar os resultados que essa proposta trará. Pode-se pensar que, para a próxima avaliação do IDEB, a escola C venha a apresentar melhores resultados, visto que seus professores possuem discursos mais próximos às teorias contemporâneas acerca da alfabetização e do letramento.

Por fim, mas não menos importante, fica o pensamento referente à ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. A pesquisa evidenciou inconsistência na definição dos objetivos do primeiro ano de escolarização, ou seja, não há clareza acerca das habilidades que devem ser desenvolvidas nesse período e as escolas ou a mantenedora ainda não definiram tais pontos para serem seguidos. Acredita-se que uma das providências a serem

tomadas a respeito desse fato é o investimento em formação continuada, focada na otimização teórico-prática no Ensino Fundamental de nove anos referente à alfabetização e ao letramento, a fim de subsidiar o trabalho dos educadores de maneira mais efetiva.

Esta dissertação abre, portanto, novas possibilidades de investigação em diferentes eixos, tais como: formação dos profissionais da graduação em Pedagogia, a eficácia da Implantação do Ensino Fundamental de nove anos, a importância da formação continuada dos profissionais que atuam nesta etapa da Educação Básica, entre outros temas.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*, São Paulo: Hucitec, 1981.

BRASIL, Ministério da Educação. *Ensino Fundamental de nove anos – Orientações Gerais*. Brasília, 2004.

MELUCCI, Alberto. Busca de qualidade, ação social e cultura: por uma sociologia reflexiva. In: _____ (Org) *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

STEARNS, Peter N. *A Infância*. Tradução: Mirna Pinsky – São Paulo: Contexto, 2006.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Org. Michael Cole [et al]: Tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.